

A Brahma e as Guerras

Teresa Cristina de Novaes Marques
Professora da Universidade de Brasília, Departamento de História. Contato:
tcnmarques@uol.com.br¹

[Versão preliminar; favor não citar]

Resumo

Este ensaio explora a sustentação política da empresa Brahma nos contextos das duas guerras mundiais do século 20. Além de lançar luz sobre os bastidores dos embates diplomáticos sobre questões comerciais, o ensaio busca, sobretudo, discutir a forma como o governo brasileiro tratou empresas de nações inimigas em 1917 e em 1942. O ensaio sustenta que as diferenças decorrem da forma peculiar como as relações entre Brasil e a Grã Bretanha se davam na Primeira República, e como o Brasil se reagiu às pressões da diplomacia norte-americana nos anos 1940. Outro marco comparativo entre as duas guerras diz respeito ao ambiente nacionalista que vigorava no período varguista.

Palavras-chave: Cervejaria Brahma, Diplomacia comercial Brasil-EUA-Eixo, Segunda Guerra Mundial.

Abstract

This article explores the political situation of Brahma Brewing Co., under the comparative light of the two wars. Besides, it explores the backstage of diplomatic struggles during the wars according to commercial issues, as well as it intends to show how Brazilian government treated so called enemies' enterprises in 1917 and again in 1942. It states that the differences the government treated the question in both wars is due to the way Brazil-Great Britain relation was developed by the time the First War started, and to the way Brazilian government reacted to US diplomatic pressure in the 1940s. Vargas government's nationalism is another point of comparison between both wars.

Key-words: Brahma Brewing, US-Brazil-Axis Commercial Foreign Relations, Second World War.

¹ Professora da Universidade de Brasília, Departamento de História. Contato: tcnmarques@uol.com.br. A pesquisa que fundamenta este ensaio foi feita em várias etapas desde 1999. Inicialmente, o tema foi explorado como tese de doutorado, cuja realização contou com o apoio da agência Capes. Recentemente, a investigação dos arquivos de Washington foi possível com recursos do projeto "Museu Virtual Bertha Lutz", apoiado pelo CNPq.

A Brahma e as Guerras

Apresentação

Retaliações comerciais foram a tônica das relações entre as nações beligerantes desde o período moderno. Em particular, o estreitamento do intercâmbio comercial que decorre da integração dos mercados na economia mundo do século XIX ofereceu meios para atingir os interesses mercantis em caso de conflito militar. Napoleão, por exemplo, impôs o bloqueio marítimo às mercadorias inglesas, momento auge de um conflito comercial que se arrastava há anos entre a França e a Inglaterra.²

Nas primeiras décadas do século 20, o alcance dos interesses de alemães, ingleses e mesmo franceses no estrangeiro, o volume dos negócios e a presença de capitais na forma financeira ou industrial em outros países, tornaram pálida a medida de Napoleão. Novas formas de investimento de capital, fossem como investimentos diretos, fossem em ações ou títulos de crédito, a exemplo de debêntures, tornaram bem mais complexa a tarefa de asfixiar economicamente o inimigo, e até mesmo saber quais eram os verdadeiros proprietários das empresas.

A trajetória política da Cia. Cervejaria Brahma constitui um exemplo significativo de empresa com fortes ligações com o capital germânico aplicado no Brasil e que sofreu as consequências políticas de dois conflitos mundiais ao espaço de uma geração. Daí a importância de examinar o impacto das pressões diplomáticas sobre a cervejaria, pois o tema oferece a oportunidade de conhecer melhor os bastidores das negociações diplomáticas entre o Brasil e os Aliados, além de situar acionistas e dirigentes da empresa nas tramas políticas que se urdiam também neste lado do Atlântico.

Trata-se de um aspecto da história das empresas ligadas à comunidade de negócios alemã ainda não suficientemente explorado, muito em função da dificuldade de acesso aos arquivos remanescentes dessas empresas, bem como à política adotada pelo arquivo do Banco do Brasil de negar acesso de pesquisadores ao seu acervo. Para

² Crouzet (1964). *Wars, Blockade, and Economic Change in Europe*.

contornar essas dificuldades, lancei mão neste ensaio de alguns poucos documentos dos anos 1930 que me foram permitidos consultar no antigo Acervo Brahma, complementados por documentos produzidos pela embaixada dos Estados Unidos no Brasil, disponíveis no *National Archives*, de Washington.³

O artigo se desenvolve da seguinte forma. Primeiramente, considera-se a situação acionária e política da Brahma ao tempo da eclosão da Primeira Guerra. Esse quadro proporciona os elementos necessários para comparar a conduta do governo brasileiro em relação a negócios estrangeiros nos dois conflitos. A segunda parte oferece a visão norte-americana acerca do posicionamento político dos dirigentes da Brahma, ao mesmo tempo que permite deslindar o posicionamento do governo brasileiro frente às pressões exercidas pelos representantes diplomáticos britânicos e norte-americanos entre 1941 e 1942, anos decisivos para o envolvimento do Brasil no conflito mundial. Na última parte, as considerações finais traçam o paralelo entre a política do Estado brasileiro para os negócios estrangeiros em 1917 e em 1942. Seguem-se um breve anexo documental e as referências.

1. O impacto da Primeira Guerra sobre os negócios da Brahma

Até o final de 1913 a Brahma experimentava forte expansão nos negócios. Foram adquiridos novos equipamentos e novas unidades. A eclosão da guerra em agosto de 1914 na Europa acentuou a desaceleração sentida desde o ano anterior. Altamente dependente de insumos importados, desde itens básicos na fabricação de cerveja – como cevada, malte e lúpulo – passando por uma ampla gama de produtos industriais sem similar no Brasil – de cortiça, objetos metálicos, a peças de reposição e manutenção dos equipamentos elétricos –, a Brahma sofreu de imediato o impacto da desvalorização do mil réis. O encarecimento das importações se somou às dificuldades de navegação no Atlântico, que só se acentuaram nos três anos seguintes, levando a empresa a deixar os tradicionais fornecedores da praça de Hamburg. A saída foi buscar malte e lúpulo canadense vendido em Nova York, mas isso tinha desvantagens. A tradicional relação comercial com os parceiros alemães, muitos deles também acionistas, envolvia o parcelamento dos pagamentos. Agora, os novos parceiros comerciais exigiam desembolsos à vista. Para completar, o mercado consumidor brasileiro voltou-se para marcas mais baratas, além de se observar a redução no volume das vendas. A conjuntura

³ É preciso informar quanto mais próximo dos anos da guerra, menor a quantidade de documentos colocada à minha disposição pela equipe de arquivistas então responsável pela organização do acervo.

de crise na economia doméstica também levou o governo a aumentar o imposto do consumo, especialmente nos produtos de lazer – bebidas, cigarros. Para o setor cervejeiro, o aumento na carga do imposto a partir de 1914 foi de 20%.

Essa enumeração dos problemas vividos pela empresa não pretende construir um quadro de colapso, pois a situação era de mero ajuste ao aumento de custos e à redução nas receitas de venda, fatores compensados pela habitual política de baixos salários praticada pela empresa, o que se acentuou durante a guerra. Naqueles anos, mais operários foram dispensados, e os que permaneceram, houveram de se contentar com salários contidos, frágeis diante da carestia de vida.⁴

Tal quadro de contração nos negócios foi amenizado por medidas empresariais, a exemplo do lançamento de marcas de cerveja mais baratas e com menor teor de matéria prima, como a Fidalga. A nova questão que se apresentava era de fundo político, pois as pressões da diplomacia inglesa sobre o Brasil logo se fizeram sentir. Em agosto de 1914, a casa Theodor Willie & Cia., cujos interesses iam do comércio de importação-exportação, à intermediação de empréstimos a governos estaduais, ao fornecimento de insumos à própria Brahma e à propriedade de ações e debêntures da cervejaria, solicitou o posicionamento do Itamaraty perante as sanções já adotadas pela diplomacia britânica. Naquele ponto, o Itamaraty entendeu que eram brasileiras as sociedades comerciais sediadas no país, não importando a nacionalidade de seus dirigentes ou acionistas. Como ressalva, o parecer do Itamaraty observava que o governo brasileiro não assumiria a defesa intransigente de cidadãos estrangeiros, mesmo aqueles que se sentissem ameaçados por ações de retaliação de países em guerra:

“O governo brasileiro não prestará apoio à reclamação que sociedades mercantis, compostas de indivíduos de nacionalidade estrangeira, levantem contra atos de qualquer das Nações beligerantes, senão quando, pelo prévio exame dos fatos e detida apreciação das circunstâncias, estiver convencido não só do seu absoluto fundamento, como de que a ação dessas sociedades é extreme de quaisquer intuítos políticos.”⁵

⁴ O relatório apresentado pela Diretoria da Brahma ao Conselho Fiscal da empresa, relativo ao exercício de 1912, celebra a redução do peso dos salários por hectolitro produzido. O peso deste custo esteve 40% menor do que o observado no exercício anterior. [Relatório ao Conselho Fiscal, 19/10/1912; caixa 93, português, AB]

No primeiro semestre de 1920, outro documento interno informa que o custo dos salários não chegava a 15% das despesas de fabricação. [Balanço Geral, 30/6/1920; caixa 5, português, AB]

⁵ *Correspondência especial*, 22/2/1915. [Pasta 317,2,3; Arquivo Histórico do Itamaraty]

Essa era a posição do Itamarati até aquele momento: a de apego à neutralidade no conflito, temperada com a resistência em cooperar com a diplomacia inglesa para dificultar os negócios de alemães no país. Ao longo de 1916, a tensão cresceu na cena doméstica, tanto no Legislativo, como nas ruas, pois operários se solidarizaram com os ataques a Portugal. No início desse ano, “Statutory List”, a lista negra britânica, foi divulgada. Dela, constava Theodor Willie com destaque, fosse porque ele era ativo representante diplomático alemão no Brasil, fosse pela capilaridade dos seus interesses na economia brasileira, fosse pela rivalidade quase pessoal que ele e o jornalista britânico Joseph Willeman nutriam entre si.⁶ Desse primeiro rol de empresas inimigas, somente a Brahma foi poupada, por preencher o critério de ser constituída no Brasil, mas dele constavam os principais parceiros comerciais da Brahma: o banco *Brasilianishen Bank fur Deutschland*, a *Theodor Willie & Cia.*, a *Herm. Stoltz & Cia.* e o banco Alemão Transatlântico da América do Sul.⁷

A polarização da sociedade repercutiu no Itamarati, onde também prosperaram as disputas internas, uns defendendo a neutralidade, outros defendendo o alinhamento do Brasil. Na primeira semana de maio de 1917, Lauro Muller deixou o Ministério, dando lugar ao político fluminense, Nilo Peçanha. Enquanto pode, Muller sustentou a defesa da neutralidade do país no conflito, secundado por nomes de peso na diplomacia, como Manuel Oliveira Lima e o influente deputado Dunshee de Abranches. A questão da neutralidade se estendia ao tratamento de negócios de cidadãos estrangeiros, fosse qual fosse o lado da guerra em que estivessem, como se viu. Entretanto, o afundamento de navios brasileiros por submarinos alemães no Atlântico tornou insustentável a posição de Muller. Ainda assim, a decretação do estado de guerra ocorreu apenas ao final de outubro, após tenso debate no Congresso.⁸

A despeito das fortes pressões diplomáticas inglesas, o governo brasileiro resistiu a nacionalizar empresas inimigas, sobretudo, os bancos, alvo preferencial dos ataques britânicos. Nisso, a posição brasileira era secundada pela diplomacia norte-americana que viu, na verdade, uma oportunidade para ganhar posições no mercado

⁶ A primeira versão da lista negra de empresas foi divulgada pelo *Foreign Office* em 24 de fevereiro de 1916.

⁷ D. Abranches (1916), *Ainda a Black List*.

⁸ Durante os debates, o deputado Gonçalves Maia se referiu a Theodor Willie como o maior representante dos interesses alemães no Brasil: “O seu ministro, o seu cônsul, o seu almoxarife, o homem que paga.” [*Anais da Câmara dos Deputados*, vol. IX, 16 a 31 de outubro de 1917.]

brasileiro.⁹ Ao mesmo tempo, as autoridades brasileiras fingiam ignorar as transferências de ações para nacionais realizadas dentro da Brahma. Este movimento de transferência nominal de propriedade se acentuou no segundo semestre de 1917 na Brahma e também na Antártica Paulista, além de outras empresas sediadas em São Paulo. O banco *Brasilianischen*, por exemplo, transferiu 2.354 ações de sua propriedade para Mathilde Moura Vianna, esposa do advogado Ulisses Vianna, o homem que, afinal assumiu a presidência (fictícia?) da Brahma em novembro de 1917.

Transferir ações para testas de ferro, renovar a diretoria das empresas com nomes nacionais, ou promover a nacionalização acelerada de dirigentes – como o fez Johann Künning em dezembro, e Antônio Zerenner (acionista majoritário da Antártica) o fizera um mês antes, eram manobras que disfarçavam a real propriedade das empresas. No entanto, tudo isso aconteceu em 1916 e 1917 sem a oposição do governo brasileiro, nem mesmo da diplomacia norte-americana. Restou ao inglês Willeman denunciar essas ações que esvaziavam os efeitos da lista negra britânica. Por que, então, em 1941 e 1942, a diplomacia norte-americana cerrou fileiras contra o que denominava manobras “cloak”, que acobertavam a real propriedade das empresas inimigas? Coisas importantes mudaram na política norte-americana para a América Latina e, sobretudo, no governo brasileiro, haveremos de comentar.

Resta saber quão importantes eram os interesses de alemães nos negócios cervejeiros? Na ausência de listas de acionistas neste período, recorro ao registro de ações negociadas entre 1918 e 1921. Um único livro contábil remanescente informa que o *Brasilianischen Bank fur Deutschland* respondia por 60% movimento com ações da Brahma no período, tanto na qualidade de titular dos papéis, como na qualidade de depositário dos títulos e procurador dos respectivos acionistas.¹⁰ Outros acionistas e debenturistas com posições de destaque nos registros da Brahma são, por ordem de importância: Theodor Willie, e o presidente da empresa, Johann Künning. Este consta como acionista titular e também como representante de Hans Stupakof, fornecedor da Brahma, residente em Hamburg e parente de Künning.

2. Novamente a guerra

Esses nomes ressurgem no quadro de acionistas e de dirigentes da cervejaria durante os momentos de crescente dificuldade no relacionamento do Brasil com a

⁹ Francisco Vinhosa (1990), *O Brasil na Primeira Guerra Mundial*, p. 144ss.

¹⁰ Livro de transferência de ações da Cia. Brahma. [*Arquivo Brahma*]

Alemanha, na segunda metade da década de 1930. Nesses anos, alguns deles morreram e seus herdeiros assumiram a titularidade das ações. A exemplo de os papéis que pertenceram ao antigo presidente da Brahma, George Maschke, que passaram a ser reclamados por Gertrud Maschke, bem como o patrimônio em ações dos Künning, que foi transferido a seus filhos Heinrich, Else e Margareth. O mesmo se passou com os Stupakoff, como se pode ver nas listas de acionistas controladores apresentadas nos anexos.¹¹ Sobretudo, as posições da Theodor Willie & Cia. e do *Brasilinischen Bank für Deutschland* se mantinham com plena força quando o Brasil rompeu relações com a Alemanha, em 1942. Alterações formais, como a conversão do banco *Brasilianischen* em Banco Alemão Transatlântico, em 1932, não alteraram o fato fundamental da expressiva presença de interesses alemães na Brahma.¹²

Não havia nada de ilegal nisso, mas o patrimônio de cidadãos alemães, bem como as atividades das empresas a ele ligadas foram ameaçados pela forma como a situação política mundial atingia o Brasil naqueles anos. Tampouco os integrantes da Brahma mantiveram-se isolados do conflito político na cena doméstica.

Como sugere Seitenfus, ainda que Vargas representasse a voz preponderante no Estado Novo, seus assessores assumiam condutas próprias. Enquanto Oswaldo Aranha, nas Relações Exteriores, trabalhava para aproximar o Brasil dos Estados Unidos, os comandantes militares resistiam a essa aproximação que nos conduziria à guerra, para a qual, eles julgavam que estarmos preparados. O Banco do Brasil, por sua vez, agia de forma autônoma em relação ao Itamarati, ou talvez autorizados por Vargas, cerceavam a vida de empresas ligadas à comunidade alemã, a despeito da importância do movimento comercial entre o Brasil e a Alemanha. Isso, a ponto de a diplomacia alemã se queixar dos entraves oferecidos pela Carteira de Câmbio do Banco do Brasil na liberação de efeitos comerciais.¹³ De fato, documentos consultados no antigo Acervo Brahma mostram um episódio envolvendo o representante comercial da cervejaria em Hamburg, Hans Stupakoff, e o Banco do Brasil. Data de 12 de janeiro de 1936, a primeira carta

¹¹ Johann Künning faleceu no dia 24 de julho de 1938, e a presidência da Brahma passou para o diretor financeiro, Franz Icken. O filho de Johann, Heinrich, assumiu a presidência da Brahma apenas em 18 de setembro de 1941.

¹² A reestruturação do *Brasilianische* no início dos anos 1930 não tem qualquer relação com a política externa brasileira. Isso aconteceu porque o setor bancário alemão foi fortemente atingido pelo *Crack* da bolsa de Nova York e os bancos matrizes se fusionaram, levando a que as empresas subsidiárias que operavam no exterior seguissem a mesma orientação. A partir de 1932, o *Brasilianischen* saiu do controle do *Disconto Gesellschaft* e passou a integrar o *Deutsche Bank*.

¹³ Comentário do antigo embaixador alemão no Rio de Janeiro, Karl Ritter, datado de 27 de junho de 1940. Citado por: Seitenfus (1985), *O Brasil de Getúlio Vargas e a formação dos blocos*, p. 328, nota 23.

que Stupakoff envia ao Banco para solicitar a liberação títulos de saque, no valor de 12:000\$000, relativos, sustenta o pleiteante, a mercadorias fornecidas à Brahma por sua firma. Esses títulos deveriam ser descontados em Londres por J. Henry Schroder & Co., em favor de Stupakoff. Nos meses seguintes, numerosas cartas foram enviadas ao Banco do Brasil, mas o documento que informa a liquidação do assunto é datado de 28 de janeiro de 1937.¹⁴ Um ano após o primeiro pedido, portanto.

Esse é um exemplo pinçado na documentação da Brahma, a qual, como já afirmei, escasseava conforme avançavam os anos 1930, mas é possível pensar que a conduta hesitante e imprecisa do governo Vargas com relação ao conflito que se aproximava, oferecesse espaço para iniciativas contraditórias de agências governamentais. De toda forma, em 1942, a embaixada dos EUA nutria forte esperança de que o diretor da Carteira de Câmbio do Banco do Brasil tivesse sido nomeado para integrar a Comissão de Defesa Econômica, criada por Vargas logo após o rompimento das relações diplomáticas com o Eixo, em setembro de 1942. Curiosamente, as razões mencionadas para preferirem o diretor do Câmbio não se prendem à suas qualificações técnicas, mas ao trabalho “educacional” que a diplomacia havia realizado com o tal Diretor.¹⁵

Assim como na Primeira Guerra, os acontecimentos no outro lado do Atlântico repercutiam imediatamente aqui, mas, dessa vez, de uma maneira mais intensa. Isso porque, diferentemente de 1917, o Brasil varguista era um Estado policial. Contrariamente ao sugerido por Teixeira da Silva, a diplomacia norte-americana não se sentia melindrada com o teor ditatorial do Estado Novo, na verdade, isso até facilitava as coisas.¹⁶ É certo que, entre pronunciamentos dos altos escalões do Departamento de Estado, encontram-se numerosas manifestações de receio com a guinada ditatorial de Vargas, mas no dia a dia o corpo diplomático se beneficiava ao manter contato estreito com o aparelho repressor varguista.

¹⁴ Congelados no Banco do Brasil, 1934-1937. [*Acervo Brahma*, caixa 97, português.]

¹⁵ Escreveu o conselheiro da embaixada, Walter Donnely: “The Embassy was, of course, disappointed that the Director of Exchange was not named as the representative of the Minister of Finance, as had been hoped for. He is undoubtedly the man best qualified for membership on the Commission, in view of the long educational process to which he has been subjected by virtue of the Consultative Procedure and his trip to the Inter American Conference in Washington in July. The reasons for the Director’s omission from the Commission are not clear. However, he has offered his services to General Portela, who, as noted above, is anxious to have him serve in an advisory capacity.” [*Development since October 12, 1942*. Economic Defense Commission. U.S. Embassy, Rio de Janeiro. Classified General Records, RG 84, box 17, 711.3, folder 1.4; National Archives, Washington, D.C.]

¹⁶ Francisco Carlos Teixeira da Silva et alii (2012), *Sobre as políticas externas da Argentina, do Brasil e do Chile com relação à Alemanha*, p. 555.

Os procedimentos para monitorar as ações de integralistas, simpatizantes e estrangeiros suspeitos de atividades políticas eram variados. A partir da publicação da primeira lista negra pela Embaixada dos EUA, em setembro de 1941, divulgou-se um número de telefone que recebia cerca de 50 ligações por dia.¹⁷ Não suficiente, os agentes da embaixada mantinham contato estreito com informantes na polícia política,¹⁸ e quando o assunto exigia, conversavam privadamente com empresários brasileiros.¹⁹

Esses recursos foram usados para formar a opinião de que a Cervejaria Brahma era uma empresa inimiga e, por inimiga, os diplomatas norte-americanos entendiam ser as empresas que apoiavam direta, ou indiretamente, os países do Eixo.²⁰ Essa percepção negativa sobre a Brahma não era nova, pois, dos 265 nomes de indivíduos e empresas arrolados na primeira versão da “Proclaimed List” norte-americana, em 1941, a cervejaria era um deles. Juntamente, estavam os bancos de países do Eixo: o Banco Alemão Transatlântico, o Banco Germânico, um banco japonês e o Banco Franco Italiano, além da Theodor Willie. A medida tinha o efeito de impedir cidadãos aliados (americanos e ingleses) de negociar com empresas inimigas, além de manchar a imagem da empresa arrolada. Tão importante era o assunto, que a publicação da lista negra fez o Presidente da Brahma, Franz Icken, deixar o cargo para dar lugar ao filho de Johann Künning, Heinrich, então com 34 anos.

O problema maior visto pela ótica da documentação da Embaixada americana era a dimensão e a extensão dos interesses alemães na economia brasileira, que superavam em muito o setor cervejeiro. Além dos bancos, com suas respectivas empresas seguradoras, havia empresas têxteis, a exemplo dos negócios de Ernest Diedrichsen em São Paulo,²¹ havia empresas de navegação, como a Hoepcke, sediada em Santa Catarina, e, sobretudo, havia as siderúrgicas e as empresas de eletricidade, como a A.E.G, que atendia aos estados do Sul. Também havia importantes indústrias

¹⁷ Accomplishments of Proclaimed List Section, julho de 1942. [U.S. Embassy, Rio de Janeiro. Classified General Records, RG 84, box 17, 711.3, folder 1.4; National Archives, Washington, D.C.]

¹⁸ Burdett, William C. *Nazi Activities*, April 4, 1941. [RG 59, General Records of the Department of State, Decimal File 1940-44. Box n. C336; National Archives, Washington, D.C.]

¹⁹ A exemplo de conversa que o conselheiro da Embaixada, Donnelly, relata ter tido com o empresário Antônio Leite Ribeiro sobre o volume dos negócios de empresas metalúrgicas de capital alemão com o Ministério da Guerra, em 1942. [*Development since October 12, 1942*. Economic Defense Commission. U.S. Embassy, Rio de Janeiro. Classified General Records, RG 84, box 17, 711.3, folder 1.4; National Archives, Washington, D.C.]

²⁰ Isso está desenvolvido com detalhes no memorando “Cia. Cervejaria Brahma and its affillites” que o adido comercial Donally elabora com data de 14 de dezembro de 1942. [U.S. Embassy, Rio de Janeiro. Classified General Records, RG 84, box 17, 711.3, folder 1.4; National Archives, Washington, D.C.]

²¹ Sobre a trajetória da família Diedrichsen, cujo patriarca, Heinrich fora gerente comercial da Theodor Willie e seu filho se tornou importante empresário têxtil, ver: Dean (1981, p. 37ss).

químicas, como a Bayer e a Aliança Comercial de Anilinas. No setor metalúrgico, em particular, o capital alemão não encontrava concorrente à altura no país e a Tubos Mannesmann converteu-se em Distribuidora Brasileira de Ferro, sob os auspícios do governo brasileiro, sustentam os observadores norte-americanos.²² E mais, tanto a Mannesmann, rebatizada de empresa nacional, quanto a SIDAPAR, Usina Siderúrgica e Laminadora Nossa Senhora Aparecida, continuaram a fornecer produtos de aço ao Ministério da Guerra, mesmo após o rompimento das relações diplomáticas com a Alemanha, em setembro de 1942. Esse aspecto da questão do aparelhamento do país para a guerra amplia a compreensão sobre as razões pelas quais os EUA estreitaram a cooperação econômica com o Brasil, especialmente no ramo siderúrgico.

Ainda que cerveja não fosse um produto estratégico como o aço, a situação da Brahma preocupava os americanos por duas razões: a composição acionária da Brahma, dado o peso do banco e de cidadãos estrangeiros, favorecia a remessa de capitais para a Alemanha quando todo esforço era feito para asfixiar financeiramente os países do Eixo. De modo mais imediato, temia-se, com razão, que integrantes da Brahma patrocinassem a publicação de propaganda nazista e, pior, que agentes inimigos fossem acobertados na rede de unidades de produção de distribuição da empresa, que, em 1942, estendia-se do Rio de Janeiro ao Paraná, passando por São Paulo e cidades do interior desses estados.²³

Ao mesmo tempo, a diplomacia norte-americana temia que a cessação das atividades da Brahma, ou mesmo da Antártica, cuja história é ainda mais complicada, causasse animosidade na população brasileira, além do impacto sobre a atividade econômica do país. Assim também pensava o governo brasileiro que, mesmo após ter assumido posição claramente favorável aos aliados em dezembro de 1941, solidarizando-se com os Estados Unidos pelo ataque a Pearl Harbor, insistiu para que a Brahma e suas afiliadas fossem retiradas das listas negras dos Aliados.²⁴

A proximidade da Terceira Conferência dos Chanceleres das Américas, prevista para ter início no dia 15 de janeiro de 1942, foi precedida por intensa negociação de

²² [*Development since October 12, 1942*. Economic Defense Commission. U.S. Embassy, Rio de Janeiro. Classified General Records, RG 84, box 17, 711.3, folder 1.4; National Archives, Washington, D.C.]

²³ A documentação da Embaixada, de 1941 a 1942, insiste nas pessoas de Walter Hermann Schneider e Hugo Zentgraf, agentes nazistas acobertados na Brahma. O conselheiro Donally também relata que Henry Stupakoff, cunhado de Heinrich, financiou a tipografia Leuzinger S.A. para a publicação de propaganda nazista. [*Cia. Cervejaria Brahma and its affiliates*, 14 dezembro de 1942. U.S. Embassy, Rio de Janeiro. Classified General Records, RG 84, box 17, 711.3, folder 1.4; National Archives, Washington, D.C.]

²⁴ Sobre o alinhamento do Brasil com os EUA ao final de 1941, ver: Seitenfus (1985), p. 372ss.

bastidores para retirar a Brahma da lista negra. No dia 5, o embaixador Jefferson Caffery escreve a Washington que recomenda a exclusão da Brahma e suas afiliadas na lista negra, mediante dez condições que constituem uma intervenção branca.²⁵ Primeiramente, indica o Dr. Fernando Martins Pereira e Souza, irmão do embaixador brasileiro em Washington, para atuar como ligação entre a empresa, o governo brasileiro e a Embaixada. Esse elemento de ligação deve ser assessorado por dois contadores. Juntos, os interventores devem avaliar todos os pagamentos a serem efetuados pela empresa. Todos os pagamentos de dividendos a acionistas estrangeiros devem ser suspensos e, sobretudo, recomenda que o Banco do Brasil assumira o controle de todas as ações depositadas no Banco Alemão Transatlântico. Para não deixar dúvida no leitor, reproduzo este último item do acordo proposto pelos norte-americanos: “4) Bank of Brasil to control Brahma’s stock on deposit in Banco Alemão Transatlântico”.

No dia seguinte, o Subsecretário de Estado, Sumner Welles, escreveu a Oswaldo Aranha em tom bastante cordial, certamente para esclarecer ao Itamarati a posição norte-americana sobre o caso:

“My dear Mr Minister: Welles has asked me to personally let you know that the only objective we have in the Proclaimed List business is to avoid any aid being given to the Nazis. However, he recognizes fully that no control that we attempt to put into effect can be either satisfactory or effective without your cooperation. He says again that you can count on our full cooperation and sympathetic understanding in working out a mutually agreeable procedure.

With all good wishes,

Yours very sincerely,

His Excellency Dr Oswaldo Aranha, Minister for Foreign Affairs, Rio de Janeiro.”²⁶

No dia 7 de janeiro, correspondência de Cordell Hull, Secretário de Estado, informa ao Itamarati, formalmente, a exclusão da Cia. Brahma da “Proclaimed List”, mas ressalta a necessidade de se cumprirem as condições estabelecidas. No dia 9 de janeiro, Heinrich Künning solicita à embaixada britânica a exclusão da Brahma da “Statutory List”, sendo atendido no dia 12.²⁷ Em 14 de janeiro, chega a vez de o adido comercial da embaixada norte-americana assinar a certidão que exclui a Brahma da

²⁵ Telegram, January 5, 1942. [U.S. Embassy, Rio de Janeiro. Classified General Records, RG 84, box 17, 711.3, folder 1.4; National Archives, Washington, D.C.]

²⁶ Memorandum from Department of State, January 6, 1942. [U.S. Embassy, Rio de Janeiro. Classified General Records, RG 84, box 17, 711.3, folder 1.4; National Archives, Washington, D.C.]

²⁷ Tradução de certidão. [Acervo Brahma, caixa 108, português.]

“Proclaimed List”. Um passo importante havia sido dado para normalizar as atividades da empresa, inclusive garantir o suprimento de insumos só obtidos de fornecedores americanos, a exemplo de combustível.²⁸ Não cessou, porém, a vigilância sobre as atividades da empresa.

Em verdade, a sustentação política da empresa ficou ainda mais difícil nos próximos meses, quando vários navios mercantes brasileiros foram afundados, o que acabou por conduzir o país ao estado de guerra. A intervenção branca que já se exercia sobre os bancos do Eixo se converteu em intervenção formal em 24 de agosto de 1942. Para intervir e liquidar o Banco Alemão Transatlântico, Vargas nomeou o prestigiado diplomata Virgílio de Melo Franco, enquanto a igualmente complicada situação do Banco Francês e Italiano ficou ao encargo de Valentim Bouças, homem forte da área econômica.

Dias antes da intervenção nos bancos do Eixo, o Brasil rompera relações com a Alemanha, após mais navios terem sido afundados e uma multidão ter tomado as ruas do Rio de Janeiro para protestar. Parte dos manifestantes seguiu para a sede da Cervejaria Brahma, na Rua Marquês de Sapucaí e quebrou tudo o que conseguiu até que a polícia política chegar e arrastar para os seus carros aqueles que não tivessem corrido para longe dali.²⁹

Preventivamente, os acionistas controladores da Brahma haviam promovido a duplicação do capital social no dia 17 de junho de 1942. A partir de então, o capital passou de 50 mil ações para 100 mil unidades, sendo metade dele composto por ações nominais, ordinárias e, logo, com direito a voto, ao passo que a outra metade era de ações preferenciais. Essas, não davam direito a voto, mas podiam circular ao portador e auferiam dividendos. Esse plano de elevação do capital havia sido cogitado em 1940 e abandonado pelo risco de que uma empresa concorrente comprasse lotes de ações preferenciais e ameaçasse o controle da empresa, além de envolver questões de tributação onerosa para os acionistas. Apesar disso tudo, a que o jurista Trajano

²⁸ No telegrama de 5 de janeiro, o embaixador Caffery escreveu: “Brahma is urgently repeat urgently in need of fuel supplies. I request telegraphic authority to permit American companies here to resume business with Brahma pending publication delisting of company.” [U.S. Embassy, Rio de Janeiro. Classified General Records, RG 84, box 17, 711.3, folder 1.4; National Archives, Washington, D.C.]

²⁹ Entrevista da autora com Luiz Quinteiro Zoega e Alberto Thielen, em Curitiba, 29 de agosto de 1999.

Miranda Valverde alertara à Direção da empresa em 1940, o plano foi retomado em 1942.³⁰ Por que?

Em maio de 1940, a proposta de aumento de capital fora apresentada aos acionistas com uma estranha justificativa:

“O Decreto n. 434, de julho de 1891, pelo qual se regem no país as sociedades anônimas, permite que o capital seja aumentado, entre outros casos, nos de acréscimos de obras e ampliação de serviços ou operações sociais. É um fato averiguado que o patrimônio da Companhia ultrapassa de algumas vezes o valor do capital, tendo a Diretoria, para atender ao acréscimo de obras realizadas, lançado mão dos recursos dos fundos de reserva. Acontece, porém, que segundo o disposto no art. 40 dos Estatutos, do lucro líquido, são levados ao fundo de reserva 5%, até alcançar 50% do capital social. O fundo de reserva, portanto, não devia ultrapassar a quantia de 5 mil contos. Apresenta, porém, saldo muito superior a essa quantia. Esse excedente mandam os Estatutos, no mesmo artigo, que seja distribuído aos acionistas como dividendo. As necessidades, porém, do negócio, não permitem que assim se proceda, porque a Companhia deve sempre ter à sua disposição recursos de que possa facilmente, em face de qualquer eventualidade imprevista, mormente no momento atual em que a Europa se acha envolvida em tremendo conflito. Estas razões que levam a Diretoria a propor a elevação do capital social de 30 mil contos, isto é, a propor um aumento de 20 mil contos, dividido em 100 mil ações de 200\$000 cada uma, as quais serão ao portador e preferenciais, na forma permitida pelo decreto n. 21.536, de 15 de junho de 1932.”³¹

Ora, acionistas desejam receber dividendos, reza o mercado de capitais, exceto os acionistas da Brahma, que optaram por duplicar o capital com ações preferenciais e correr o risco de um *take-over* por parte da Antártica. A verdade é que, entre o acionista controlador, o Banco Alemão Transatlântico, manter ações nominativas em carteira e correr o risco crescente de ter seu patrimônio confiscado, o que de fato aconteceu, preferiu avaliar ações preferenciais, distribuídas entre testas-de-ferro, se necessário.

O fundamento jurídico da decisão estava contido na lei de S.A. de 1940, em que vários artigos previam poder discricionário às autoridades públicas para determinar eventuais intervenções em caso de interesse nacional, além de estabelecer a possibilidade, por lei complementar, de que em determinadas atividades econômicas, houvesse a exigência de que todos os acionistas, ou uma proporção deles, fossem

³⁰ Cópia do parecer do Dr. Trajano Miranda Valverde, 20 de maio de 1940. [Acervo Brahma, caixa 95, português.] Esclareço que Valverde foi o autor da reforma da lei das sociedades anônimas, em setembro de 1940.

³¹ Proposta para aumento do capital. [Acervo Brahma, caixa 95, português.]

brasileiros.³² Ora, a medida não alcançava empresas industriais, a exemplo das cervejarias, mas podia atingir bancos, uma vez que empresas financeiras necessitavam de autorização especial do Estado para funcionarem.

Em dezembro de 1942, o paradeiro das 50 mil ações preferenciais da Brahma preocupava a embaixada norte-americana, temendo que as condições estabelecidas em janeiro para retirar a empresa da lista negra não tivessem sido cumpridas:

“While the firm, prior to its recent increase in capital in November 1942, had outstanding 100.000 shares, 50.000 of which were common stock and 50.000 of which were preferred stock, in addition to debentures, at no time has the firm supplied information relative to other than the common stock; however, in view of the fact that the preferred shares, it is understood, were issued as a dividend on common stock, it may be inferred that the relative ownership in both kinds of stock is substantially proportional. Granting the maximum latitude to the cloaking of ‘enemies’ under Brazilian nationality, and confining oneself only to known German nationals, banks definitely controlled by Germany, and enemies of the Allies concerning which there is no doubt (Theodor Wille & Cia., Henry Stupakoff), it may be stated that the present ownership of the Cia. Cervejaria Brahma is over 40% owned by enemy interests. Included in the list of stockholders of this firm are many former German nationals who have become naturalized Brazilian citizens but who, it is reliably reported, have in the past been identified as strong financial supporters of German organizations and openly pro Nazi in their political sentiments. As an example in this firm but who cloak themselves with Brazilian nationality is a Mr Henri Stupakoff, an important shareholder and brother in law of the president of the firm. Mr Stupakoff, by his own admission, furnished the financial backing for a German propaganda agency, the firm Leuzinger SA, Rio de Janeiro, which printed and distributed German propaganda openly, samples of which are in the possession of the US Government.”³³

De fato, em dezembro de 1942, até mesmo os mais bem informados observadores do mercado brasileiro desconheciam a real titularidade das ações da Brahma. Assim o é até hoje, embora o neto de Johann Künning, Hans tenha intuído para onde isso foi parar: no Banco do Brasil.³⁴

3. Considerações finais

³² Decreto Lei nº 4.627, 26/9/1940, artigos 40 e 60.

³³ *Cia. Cervejaria Brahma and its affillites*, 14 dezembro de 1942. U.S. Embassy, Rio de Janeiro. Classified General Records, RG 84, box 17, 711.3, folder 1.4; National Archives, Washington, D.C.

³⁴ Entrevista da autora com Hans Heinrich Künning, no Rio de Janeiro, em 23 de março e 27 de julho de 2000.

O artigo explora a forma como o Governo brasileiro lidou com as pressões dos Aliados para impor restrições a negócios de cidadãos de nações inimigas residentes no Brasil. Além disso, o encaminhamento da questão das cervejarias chama a atenção para a dimensão da presença do Estado na economia do país, seguramente maior que do que se admitiu até aqui. Quão profunda foi a intervenção do Banco do Brasil nos negócios cervejeiros, só a documentação mantida sob sigilo nesta instituição poderia esclarecer.

O importante é que, em 1917, operações de disfarce de empresas estrangeiras – repassar ações a nacionais, nacionalizar dirigentes – foram incentivadas pelo governo brasileiro, ou, no mínimo, toleradas. Em 1942, o ambiente nacionalista do governo Vargas favoreceu a diplomacia norte-americana no propósito de vigiar e coibir operações dessa natureza.

4. Anexos

Tabela 1. Lista de acionistas controladores, apurada a 4 de janeiro de 1933

Acionista	Número de ações	Observações
-----------	-----------------	-------------

Elisabeth Wieland	1.500	residente no exterior
Gertrud Von Minckwitz	1.500	residente no exterior
George Maschke	1.110	residente no exterior
Theodor Willie & Cia.	2.422	
F. Laeisz	2.000	residente no exterior
Família Haasis	2.107	
Bank of London & South America	250	
Johann Künning	4.508	
Catherine Hermine Künning (esposa de Johann)	75	
Otto Stupakoff	586	residente no exterior
Hans Stupakoff (cunhado de Johann)	609	residente no exterior
Adlheid Gertrud Stupakoff	360	residente no exterior
Henry Erwin Stupakoff	150	residente no exterior
Banco Alemão Transatlântico	16.939	
Total da seleção	34.116	

Fonte: Listas de acionistas. Caixa 95, português, AB.

Tabela 2. Lista de acionistas controladores, apurada a 10 de janeiro de 1936

Acionista	Número de ações	Observações
Elisabeth Wieland	1.000	residente no exterior
Gertrud Von Minckwitz	1.500	residente no exterior
George Maschke	1.110	residente no exterior
Theodor Willie & Cia.	2.422	
F. Laeisz	2.000	residente no exterior
Família Haasis	2.107	
Bank of London & South America	250	
Johann Künning	4.050	
Margareth Künning (filha de Johann)	55	
Catherine Hermine Künning (esposa de Johann)	325	
Otto Stupakoff	586	residente no exterior
Hans Stupakoff (cunhado de Johann)	609	residente no exterior
Banco Alemão Transatlântico	20.348	
Total parcial	36.362	

Fonte: Listas de acionistas. Caixa 95, português, AB.

Tabela 3. Lista de acionistas controladores, apurada a 31 de maio de 1940

Acionista	Número de ações	Observações
Elisabeth Wieland	1.000	residente no exterior

Gertrud Von Minckwitz	1.500	residente no exterior
Gertrud Maschke	1.210	residente no exterior
Theodor Willie & Cia.	1.272	
Henrich Diedrichsen	1.150	
F. Laeisz	2.000	residente no exterior
Franz Icken	1.470	
Família Haasis	2.307	
The Royal Bank of Canada	3.677	
Heinrich Künning	6.515	
Margareth Künning	350	
Elsa Catherine Künning	511	
Otto Stupakoff	586	residente no exterior
Adlheid Gertrud Stupakoff	517	residente no exterior
Henry Erwin Stupakoff	25	residente no exterior
Banco Alemão Transatlântico	12.321	
Total parcial	36.411	

Fonte: Listas de acionistas. Caixa 95, português, AB.

Tabela 4. Lista de acionistas controladores, apurada a 17 de junho de 1942

Acionista	Número de ações	Observações
Elisabeth Wieland	1.432	residente no exterior
Gertrud Von Minckwitz	1.500	residente no exterior
Gertrud Maschke	1.210	residente no exterior
Theodor Willie & Cia.	1.272	
Henrich Diedrichsen	1.150	
F. Laeisz	2.000	residente no exterior
Família Haasis	2.093	
The Royal Bank of Canada	3.827	
Heinrich Künning	9.811	
Margareth Künning	750	
Elsa Catherine Künning	511	
Otto Stupakoff	586	brasileiro
Adlheid Gertrud Stupakoff	517	brasileira
Henry Erwin Stupakoff	25	brasileiro
Banco Alemão Transatlântico	9.729	
Total parcial	36.413	

Fonte: Listas de acionistas. Caixa 95, português, AB.

Cópia da tradução juramentada da correspondência entre a Embaixada dos EUA
e a Cia. Cervejaria Brahma, em 8 de janeiro de 1942

ERNESTO KOPSCHITZ
Tradutor Público e Interpretador Comercial
de Inglês, Francês, Alemão, Espanhol e Italiano
Rua Gen. Câmara, 19-8º-Sala 3
Tel. 23-0157
Rio de Janeiro

Nº 30.078/31.028/30. Eu, ERNESTO KOPSCHITZ, Tradutor Público e Interpretador Comercial nesta Cidade do RIO DE JANEIRO, dos idiomas INGLÊS, FRANCÊS, ALEMÃO, ESPANHOL e ITALIANO:

C E R T I F I C O que me foi presente uma cópia fotostática de uma carta exarada em idioma INGLÊS, que a pedido verbal do interessado e em virtude de meu ofício bem e fielmente traduzi para o vernáculo, como segue:--

----- T R A D U Ç Ã O : -----

(Escudo d'Armas). SERVIÇO DO EXTERIOR DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA DO NORTE. - EMBAIXADA AMERICANA. - 711.3. - WJD:ms - Rio de Janeiro, Brasil, 14 (quatorze) de janeiro de 1942 (mil novecentos quarenta e dois). - Senhor H. Kunning, Diretor-Presidente, Companhia Cervejaria Brahma, Caixa do Correio 1205 e 1330, Rio de Janeiro. - Prezado senhor - Acuso o recebimento da carta de V.S. de 9 (nove) de janeiro, confirmando a "Obrigação Unilateral" da companhia de V.S. e das suas companhias filiadas para o efeito de obter a retirada das companhias da "Proclaimed List of Certain Nationals (lista negra americana) do Governo dos Estados Unidos". - Tenho o prazer de informar a V.S., que de acôrdo com as disposições da "Obrigação", esta Embaixada recomendou a imediata retirada da lista da Companhia Cervejaria Brahma, da Companhia Cervejariaenseatica, da Companhia Cervejari

Moravia e a Companhia Cervejaria Atlantica, e que as autoridades em Washington aprovaram. Será dada uma declaração á imprensa, nos Estados Unidos, anunciando a retirada da lista, em 14 (quatorze) ou 15 (quinze) de janeiro. Avisei as companhias americanas que funcionam nêste país, que podem reiniciar relações com as companhias em referência. - Mui atentiosamente de V.S. - WALTER J. DONNELLY. - Walter J. Donnelly. Adido Comercial. -----

Nada mais continha a referida cópia fotostática, que bem e fielmente traduzi para o vernáculo, diretamente do original ao qual me reporto.- EM FÉ DE QUE e para constar onde convier, expeço a presente certidão de tradução que vai por mim assinada e selada nesta cidade do Rio de Janeiro aos oito dias do mês de janeiro de mil novecentos quarenta e três. -----

Rio de Janeiro,



(ERNEST O KOPSCHITZ)

Tradutor Público.

DECR. Nº 2506
 Nº 171-a) R.
 R. a: 11.78
 Sêns: 1.20
 Legalização: R.
 Total R\$ 12.90

Origem: Acervo Brahma, caixa 108, português.

5. Referências

Entrevista da autora com Luiz Quinteiro Zoega e Alberto Thielen, em Curitiba, 29 de agosto de 1999.

Entrevista da autora com Hans Heinrich Künning, no Rio de Janeiro, em 23 de março e 27 de julho de 2000.

Jornais: matérias consultadas na Hemeroteca Digital Brasileira, disponível em: <<http://hmerotecadigital.bn.br/>>

Correio da Manhã: 25/8/1942, 1º/9/1942.

Diário Carioca: 6/1/1942.

Fontes arquivísticas

Acervo Brahma³⁵

Imposto sobre a Renda – dividendos a acionistas residentes no estrangeiro, 1933-39. [Caixa 10, pasta 449]

Lista de Acionistas conforme aumento de capital efetuado em 17/6/1942. [Caixa 49]

Lista de Acionistas e Estatutos, 31/5/1940. [Caixa 95]

Livro de transferência de ações da Cia. Brahma, 1912 a 1921.

Tradução juramentada de documento de retirada da Cia. Cervejaria Brahma e suas subsidiárias da “Proclaimed List” norte-americana e da “British Statutory List”, 8/1/1943. [Caixa 108]

Correspondências entre Hans Stupakoff e a Diretoria da Carteira Cambial do Banco do Brasil, 1934-1936. [Caixa 97]

National Archives – Washington, D.C.

U.S. Embassy, Rio de Janeiro, Brazil. Classified General Records, 1941-1963, RG 84, Records of the Foreign Service Posts of the Department of State, Box 17-18, Entry UD 2132, 711.3, Folder 1/4.

BURDETT, William C. (Counselor of Embassy). *Nazi Activities*. Rio de Janeiro, 4 de abril de 1941. [RG 59, General Records of the Department of State, Decimal File 1940-44. Box n. C336]

Bradley to Brainard. *Name index, 1940-1944*. [Record 59, General Records of the Department of State. Decimal File. Box n. 148. group PI 157, entry E 200.]

Arquivo Histórico do Itamarati

Correspondência especial, 22/2/1915. [Pasta nº 317,2,3]

³⁵ As referências se referem à organização do acervo quando este se localizava na Rua Marquês de Sapucaí, Rio de Janeiro, até o ano de 1999.

Legislação:

Decreto Lei nº 2.627, 26 de setembro de 1940. Disponível em: <
<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-2627-26-setembro-1940-412760-publicacaooriginal-1-pe.html>>

Artigos, livros e teses:

ABRANCHES, Dunshee. *Ainda a Black List. Carta oficial ao Presidente da República*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1916.

Anais da Câmara dos Deputados, vol. IX, 16 a 31 de outubro de 1917.

CROUZET, François. Wars, Blockade, and Economic Change in Europe, 1792-1815. *The Journal of Economic History*, v. 24, n. 4, dez. 1964.

DEAN, Warren. *A industrialização de São Paulo (1880-1945)*. São Paulo: Difel, 1971.

MARQUES, Teresa Cristina de Novaes. *Capital, cerveja e consumo de massa*. Brasília: Tese de Doutorado em História, Universidade de Brasília, 2003.

_____. *O setor bancário privado carioca entre 1918 e 1945. Os bancos Boavista e Português do Brasil, um estudo de estratégias empresariais*. Rio de Janeiro: Dissertação de Mestrado em História, UFRJ, 1998.

SEITENFUS, R. A. Silva. *O Brasil de Getúlio Vargas e a formação dos blocos: 1930-1942*. O processo de envolvimento brasileiro na II Guerra Mundial. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1985.

SILVA, Francisco Carlos T.; Ferrer, J. P.; ZHEBIT, A.. Sobre as políticas externas da Argentina, do Brasil e do Chile com relação à Alemanha, aos Estados Unidos e à Itália entre a Conferência de Lima e a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial, 1938-1942. *Diálogos* (Maringá, Online), v. 16, n. 2, p. 547-569, maio-ago./2012.

VINHOSA, Francisco. *O Brasil e a Primeira Guerra Mundial*. Rio de Janeiro: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1990.

Wileman's Brazilian Review, 18 de abril de 1916.